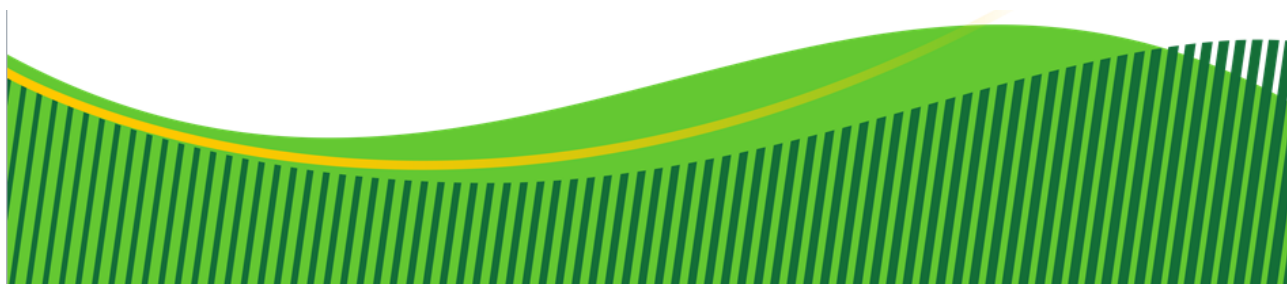


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
Lucas do Rio Verde - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Ouro Verde do Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	50.623	54.938
Carteira de Crédito *	449.587	423.621
Depósitos	420.303	344.524
Patrimônio Líquido	238.310	222.702
Capital	122.586	129.699
Resultado Antes das Destinações	50.001	44.581
Rentabilidade do PL	20,98%	20,02%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	647.321	613.711	CIRCULANTE	344.937	340.729
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	13.624	10.904	DEPÓSITOS (NOTA 11)	152.185	122.456
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	266.526	234.159	Depósitos à Vista	150.309	115.147
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	32	11	Depósitos Interfinanceiros	-	3.004
Depósitos no Banco Central	1.726	192	Depósitos a Prazo	1.876	4.305
Correspondentes no país	235	1.854	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	128.045	147.864
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	264.533	232.102	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	16	52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	325.797	339.878	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	128.029	147.812
Operações de Crédito	356.038	370.739	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.808	916
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(30.241)	(30.861)	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.808	916
OUTROS CRÉDITOS	29.124	24.410	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	8.358	24.628
Créditos por Avais e Fianças Honrados	896	526	Empréstimos País - Outras Instituições	8.358	24.628
Rendas a Receber	2.261	2.091	OUTRAS OBRIGAÇÕES	54.541	44.865
Diversos (NOTA 07)	27.423	22.478	Cobrança e Arrecadação de Tributos	220	72
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.456)	(685)	Sociais e Estatutárias	4.340	3.498
OUTROS VALORES E BENS	12.250	4.360	Fiscais e Previdenciárias	1.477	1.390
Outros Valores e Bens	12.732	4.298	Diversas (NOTA 14)	48.504	39.905
(Provisão para desvalorização)	(540)	(20)			
Despesas Antecipadas (NOTA 08)	58	82			
NÃO CIRCULANTE	141.000	105.047	NÃO CIRCULANTE	220.682	194.532
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	141.000	105.047	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	220.682	194.532
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.463	537	DEPÓSITOS (NOTA 11)	192.339	167.505
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.463	537	Depósitos a Prazo	192.339	167.505
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	97.824	66.804	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	12.343	6.839
Operações de Crédito	114.513	81.923	Repasse Interfinanceiros	12.343	6.839
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.689)	(15.119)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	16.000	20.188
OUTROS CRÉDITOS	2.000	3	Empréstimos País - Outras Instituições	16.000	20.188
Diversos (NOTA 07)	2.032	3			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(32)	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	18.290	18.290	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	222.702	183.497
Outros Investimentos	18.290	18.290	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	129.699	110.298
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	15.335	14.925	De Domiciliados no País	129.994	110.422
Imóveis de Uso	626	603	(Capital a Realizar)	(295)	(124)
Outras Imobilizações de Uso	22.120	19.573	RESERVAS DE SOBRAS	77.457	60.592
(Depreciação acumulada)	(7.411)	(5.251)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	5.088	4.488	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	15.546	12.607
Outros Ativos Intangíveis	8.963	7.248			
(Amortização acumulada)	(3.875)	(2.760)			
TOTAL DO ATIVO	788.321	718.758	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	788.321	718.758

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	60.399	-	60.399	123.522	-	123.522	123.323	5	123.328
Operações de Crédito	60.329	-	60.329	123.399	-	123.399	122.914	5	122.919
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	71	-	71	126	-	126	409	-	409
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(1)	-	(1)	(3)	-	(3)	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.731)	(609)	(24.340)	(52.768)	(1.252)	(54.020)	(70.978)	(1.040)	(72.018)
Operações de Captação no Mercado	(7.477)	(25)	(7.502)	(17.113)	(43)	(17.156)	(21.922)	(28)	(21.950)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.837)	(584)	(6.421)	(14.336)	(1.209)	(15.545)	(17.123)	(1.012)	(18.135)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.417)	-	(10.417)	(21.319)	-	(21.319)	(31.933)	-	(31.933)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.668	(609)	36.059	70.754	(1.252)	69.502	52.345	(1.035)	51.310
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(17.294)	3.515	(13.779)	(30.883)	6.449	(24.434)	(18.791)	5.719	(13.072)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.329	8.573	15.902	13.400	15.790	29.190	9.158	11.627	20.785
Rendas de Tarifas Bancárias	5.748	-	5.748	11.480	-	11.480	11.434	-	11.434
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(17.161)	(1.743)	(18.904)	(33.200)	(3.019)	(36.219)	(29.534)	(1.827)	(31.361)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(14.013)	(2.235)	(16.248)	(29.063)	(4.368)	(33.431)	(25.471)	(2.885)	(28.356)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(108)	(442)	(550)	(233)	(814)	(1.047)	(146)	(590)	(736)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	15.409	292	15.701	33.313	354	33.667	43.948	626	44.574
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(14.498)	(930)	(15.428)	(26.580)	(1.494)	(28.074)	(28.180)	(1.232)	(29.412)
RESULTADO OPERACIONAL	19.374	2.906	22.280	39.871	5.197	45.068	33.554	4.684	38.238
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(264)	26	(238)	(526)	39	(487)	147	22	169
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	19.110	2.932	22.042	39.345	5.236	44.581	33.701	4.706	38.407
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	663	663	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	388	388	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	275	275	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	19.110	3.595	22.705	39.345	5.236	44.581	33.701	4.706	38.407
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.236	(5.236)	-	4.706	(4.706)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	19.110	3.595	22.705	44.581	-	44.581	38.407	-	38.407
DESTINAÇÕES	-	-	-	(29.035)	-	(29.035)	(25.800)	-	(25.800)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.615)	-	(10.615)	(10.308)	-	(10.308)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.555)	-	(1.555)	(1.261)	-	(1.261)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(13.991)	-	(13.991)	(11.347)	-	(11.347)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.874)	-	(2.874)	(2.884)	-	(2.884)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	15.546	-	15.546	12.607	-	12.607

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	79.000	46.361	16.068	141.429
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	15.809	-	(15.809)	-
Outras destinações	-	-	(259)	(259)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	11.062	-	-	11.062
Baixas de capital	(5.387)	-	-	(5.387)
Resultado do período	-	-	38.407	38.407
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.261)	(1.261)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.347	(11.347)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.814	-	(10.308)	(494)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.884	(2.884)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	110.298	60.592	12.607	183.497
Mutações do Período	31.298	14.231	(3.461)	42.068
Saldos no início do período em 01/01/2017	110.298	60.592	12.607	183.497
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	12.373	-	(12.373)	-
Outras destinações	-	-	(234)	(234)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	8.266	-	-	8.266
Baixas de capital	(11.325)	-	-	(11.325)
Resultado do período	-	-	44.581	44.581
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.555)	(1.555)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.991	(13.991)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.087	-	(10.615)	(528)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.874	(2.874)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	129.699	77.457	15.546	222.702
Mutações do Período	19.401	16.865	2.939	39.205
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não Auditado)	121.037	60.592	21.876	203.505
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.217	-	-	4.217
Baixas de capital	(5.642)	-	-	(5.642)
Resultado do período	-	-	22.705	22.705
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.555)	(1.555)
Reserva Legal - Estatutária	-	13.991	(13.991)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.087	-	(10.615)	(528)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.874	(2.874)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	129.699	77.457	15.546	222.702
Mutações do Período	8.662	16.865	(6.330)	19.197

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT
CNPJ/MF nº 37.442.605/0001-42

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não Auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	25.087	49.152	51.967
Resultado do semestre/exercício	22.705	44.581	38.407
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.382	4.571	13.560
Provisão para operações de crédito	1.609	951	11.778
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	252	520	(65)
Provisão para desvalorização de outros créditos	544	802	266
Depreciação do imobilizado de uso	1.327	2.405	1.740
Amortização do intangível	546	1.116	633
Baixas do ativo permanente	31	94	286
(Reversão) para passivos contingentes	(185)	(35)	(89)
Destinações ao FATES	(1.555)	(1.555)	(1.261)
Dividendos SicrediPar	(187)	273	272
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(59.170)	(5.558)	(8.881)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.071)	(1.926)	(452)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.174	(21)	41
(Aumento) em créditos vinculados	(34)	(1.534)	(192)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	1.013	1.619	(1.044)
(Aumento) em operações de crédito	(39.095)	(17.889)	(35.113)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	1.180	(14.315)	(5.275)
(Aumento) em outros créditos	(3.538)	(7.789)	(4.073)
(Aumento) em outros valores e bens	(4.257)	(8.410)	(3.310)
Aumento (Redução) em depósitos	(14.450)	54.564	36.597
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	376	892	(43)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(22.424)	(20.459)	(93)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(15)	(1.458)	(1.410)
Aumento em outras obrigações	15.971	11.168	5.486
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(34.083)	43.594	43.086
Aquisição de Investimentos	-	-	(888)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.897)	(2.907)	(5.786)
Aplicações no Intangível	(989)	(1.715)	(1.467)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.886)	(4.622)	(8.141)
Integralização de capital	4.217	8.266	11.062
Baixa de capital	(5.642)	(11.325)	(5.387)
Juros ao capital próprio	(528)	(528)	(494)
Distribuição de Sobras	-	(234)	(259)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.953)	(3.821)	4.922
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(38.922)	35.151	39.867
Caixa e equivalente de caixa no início do período	317.079	243.006	203.139
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	278.157	278.157	243.006

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/05/1992 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(73.052)	1.034	(72.018)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(32.967)	1.034	(31.933)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(12.038)	(1.034)	(13.072)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(28.098)	(258)	(28.356)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(28.636)	(776)	(29.412)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	13.624	10.904
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	264.533	232.102
Total	278.157	243.006

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.463	537
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.463	537
Total realizável a longo prazo	2.463	537

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	202.077	78.285	280.362	275.073
Financiamentos	25.110	23.662	48.772	25.286
Financiamentos rurais e agroindustriais	128.851	12.566	141.417	152.303
Carteira total	356.038	114.513	470.551	452.662

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	896	-	896	526
Devedores por compra de valores e bens	655	2.031	2.686	7
Títulos e créditos a receber (i)	20.033	1	20.034	15.267
Total	21.584	2.032	23.616	15.800

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	113.304	128.076	567	640
Nível B	1,00	211.133	183.669	2.510	1.837
Nível C	3,00	76.793	57.782	2.304	1.733
Nível D	10,00	31.116	28.272	3.112	2.827
Nível E	30,00	21.324	34.061	6.397	10.218
Nível F	50,00	10.643	11.869	5.322	5.935
Nível G	70,00	5.492	4.193	3.844	2.935
Nível H	100,00	24.362	20.540	24.362	20.540
Total (i)		494.167	468.462	48.418	46.665

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	12.078	57.553	97.184	73.192	240.007	214.269
Rural	1.216	24.808	102.827	12.566	141.417	152.303
Industrial	88	3.334	2.921	1.606	7.949	7.826
Comércio	2.000	27.683	24.660	20.506	74.849	68.550
Outros Serviços	1.120	9.461	10.689	8.675	29.945	25.514
Total	16.502	122.839	238.281	116.545	494.167	468.462

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	34.945	7,07	35.024	7,48
50 devedores seguintes	62.746	12,70	67.953	14,51
100 devedores seguintes	59.627	12,07	61.750	13,18
Demais	336.849	68,17	303.735	64,84
Total	494.167	100	468.462	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	46.665	34.621
Constituição de provisão	21.319	31.933
Movimentação de baixados para prejuízo	(19.566)	(19.889)
Saldo final	48.418	46.665

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 9.353 (2016 - R\$ 6.170), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 31.061 (2016 - R\$ 31.539).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	259	168
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.725	2.633
Devedores por compra de valores e bens	655	5
Devedores por depósitos em garantia	39	44
Impostos e contribuições a compensar	810	588
Títulos e créditos a receber	20.033	15.266
Valores honrados	126	209
Cotas de consórcio	1.646	655
Operações com cartões	84	68
Pendências a regularizar	677	30
Outros	369	2.812
Total Circulante	27.423	22.478

Devedores por compra de valores e bens	2.031	2
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	2.032	3

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	12.732	4.298
Imóveis	11.829	3.935
Veículos e afins	582	283
Máquinas e equipamentos	321	60
Bens em regime especial	-	20
Despesas antecipadas	58	82
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(540)	(20)
Total Circulante	12.250	4.360

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 540 (2016 - R\$ 20) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	8.093	8.093
Sicredi Participações S.A.	10.196	10.196
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	18.290	18.290

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.305.463 ON	3.305.463 ON	1	1	8.092.645	8.092.645
	6.890.619 PN	6.890.619 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,17%	1,17%	0,61%	0,63%	6,89%	6,89%
Capital social	874.847	869.279	164	165	117.452	117.452
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	122.876	122.111
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	654	500
Valor do investimento	10.196	10.196	1	1	8.093	8.093

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	22.746	(7.411)	15.335	14.925
Imobilizações em curso	-	1.895	-	1.895	4.527
Terrenos	-	100	-	100	100
Edificações	4%	526	(155)	371	370
Instalações	10%	6.770	(1.750)	5.020	3.124
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.237	(1.714)	4.523	3.543
Sistema de comunicação	10%	185	(46)	139	92
Sistema de processamento de dados	20%	6.006	(3.199)	2.807	2.676
Sistema de segurança	10%	452	(206)	246	238
Sistema de transporte	20%	575	(341)	234	255

Intangível (i)	8.963	(3.875)	5.088	4.488
Investimentos Confederação	8.963	(3.875)	5.088	4.488

Total	31.709	(11.286)	20.423	19.413
--------------	---------------	-----------------	---------------	---------------

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	150.309	-	-	150.309	115.147
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	3.004
Depósitos a prazo	1.224	652	192.339	194.215	171.810
Total	151.533	652	192.339	344.524	289.961

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	125.367	141.152
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	125.367	141.152
Outros Recursos	2.662	6.660
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.662	6.660
Total circulante	128.029	147.812
Recursos do Crédito Rural	12.343	6.839
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	12.343	6.839
Total exigível a longo prazo	12.343	6.839

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 17/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	8.358	24.628
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	4.110	3.759
Outras instituições	4.248	20.869
Total circulante	8.358	24.628
Empréstimos no país - outras instituições	16.000	20.188
Outras instituições	16.000	20.188
Total exigível a longo prazo	16.000	20.188

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,16% a.m. com vencimento até 15/11/2020.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	7.130	8.941
Obrigações por convênios oficiais	14	18
Provisão para pagamentos a efetuar	7.881	6.833
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	207	242
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	9.805	6.846
Pendências a regularizar	74	143
Operações com cartões	20.453	14.856
Demais fornecedores	851	600
Credores diversos	2.089	1.426
Total circulante	48.504	39.905

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	90	248	(265)	73
Cível	152	211	(229)	134
Total	242	459	(494)	207

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	73	90
Cível	Provável	134	152
Total		207	242

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 21; R\$ 309 e R\$ 5 (2016 - R\$ 38 para Cível), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	129.699	110.298
Total de associados	54.938	51.464

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 19.401 (2016 – R\$ 31.298), sendo R\$ 22.460 (2016 – R\$ 25.623) via integralização de resultados e R\$ 8.266 (2016 – R\$ 11.062), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 11.325 (2016 – R\$ 5.387).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9% em Conta Capital, no montante de R\$ 10.615, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato-Grossense - Sicredi Norte MT, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	44.581	38.407
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(18.724)	(16.131)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	69	29
Provisão PPR	71	19
Receita com atos cooperativos	16.525	14.154
Juros sobre capital próprio	4.458	4.329
Outros	(2.399)	(2.400)
Subtotal	18.724	16.131
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.463	537
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	264.533	232.102
Outros Créditos - Rendas a receber	1.924	1.423
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.596	2.645
Despesas antecipadas (Nota 08)	-	48
Investimentos (Nota 09)	18.290	18.290
Intangível (Nota 10)	5.088	4.488
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	-	3.004
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	140.372	154.651
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	24.358	44.816
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	20.308	14.481
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	126	409
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	10.156	5.952
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	27.749	33.394
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	150	116
Operações de Empréstimos e Repasses	15.545	18.135
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	2.321	2.066
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	14.360	12.735

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	294	0,20%	173
Depósitos a prazo	2.090	1,08%	1.628
Operações de crédito	3.742	0,80%	4.140

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.873	2.821

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	1.531	1.271
Despesa de aluguéis	3.444	2.836
Despesa de comunicação	1.526	1.317
Despesa de manutenção e conservação	2.428	1.730
Despesa de material	607	496
Despesa processamento dados	640	433
Despesa de promoções e relações públicas	3.330	2.560
Despesa de propaganda e publicidade	379	387
Despesa de seguro	199	114
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.706	3.037
Despesa de serviços de terceiros	1.421	1.097
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.754	1.607
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.800	1.674
Despesa de serviços de transpostes	2.370	2.361
Despesa de viagem	970	954
Outras despesas administrativas	7.326	6.482
Total	33.431	28.356

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.920	3.042
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	27.157	31.616
Reversão de provisões operacionais	2.760	6.912
Outras rendas operacionais	1.830	3.004
Total	33.667	44.574

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.073	2.932
Contribuição O.C.E.	121	105
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	978	1.938
Contribuição Confederação Sicredi	8.914	6.386
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	2.031	1.737
Encargos da administração financeira	155	175
Repasse administradora de Cartões	860	796
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.116	639
Outras provisões operacionais	5.686	10.231
Outras despesas operacionais	4.140	4.473
Total	28.074	29.412

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	355.238	275.603
Total	355.238	275.603

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	219.072	181.343
Nível I (NI)	219.072	181.343
Capital principal - CP	219.072	181.343
Capital social	129.699	110.298
Reservas de capital	77.457	60.592
Lucros acumulados	15.546	12.607
Ajustes Prudenciais	(3.630)	(2.154)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	864.726	741.642
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.057	741
Margem de Capital (i)	127.219	107.364
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,33%	24,45%
Situação de Imobilização (Imob)	16.793	17.261
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,67%	9,52%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Sidnei Bremm
Diretor Executivo
CPF: 760.810.950-53

Edilson Mancine
Diretor de Operações
CPF: 700.142.139-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20